Susemi
Avançada demais para o seu tempo (José Seráfico)

Um dos maiores problemas enfrentados pelo Amazonas decorre da imensidão de seu território, confrontada com a escassa população que o habita. Esse é um dos fatores determinantes do quase-abandono a que são relegadas as populações do interior. Em certos trechos, ao longo dos inúmeros rios que formam a bacia hidrográfica, visitar um vizinho significa remar durante muitas horas, até a chagada ao destino. A rarefação populacional, portanto, exige mais que o domínio de técnicas e o acúmulo de experiência livresca. É preciso, mais que tudo, conhecer de perto as características regionais e as condições em que a vida flui. Programas de saúde e educação, em especial, não podem ser apenas a repetição de experiências bem-sucedidas em outros locais. Por isso que, no fim da década dos 60, início dos anos 70, foi tentado um modelo de prestação de serviços médicos absolutamente inovador. Ele respondia pelo nome SUSEMI, como batizada a Superintendência dos Serviços Médicos do Interior.

Organizada sob a forma autárquica, essa superintendência seria responsável pelos serviços de saúde, em todos os níveis, nos então pouco mais que 40 municípios do interior amazonense. A simplicidade do modelo, concebido para cobrir todo o território do interior, chegava a causar perplexidade. Seu caráter inovador, todavia, resultava do conhecimento da área, cujas dimensões e diversidade desafiavam a inteligência humana.

Desvencilhando-se da extremada burocratização prevalecente nas secretarias de Saúde (a que não estava alheia a do Amazonas), a SUSEMI-AM atuaria segundo critérios de hierarquização, descentralização e níveis de resolutividade. Pretendia o órgão atuar desde a atenção primária até a realização de cirurgias de média complexidade. A integração dos serviços se faria através de unidades médico-sanitárias de porte variado, iniciando-se pelo mais simples posto de saúde; daí partiria o trabalho social, com a visitação que em tantos outros países vem apresentando ainda hoje resultados apreciáveis. Ambulatórios, unidades de atendimentos de urgência e outras, de porte crescente, até chegar ao hospital misto, seriam integradas entre si e integrariam as populações dos pontos mais distantes, graças à atuação de barcos-hospitais. Neles, cuja presença nos rios seria permanente, seriam instalados laboratórios e pequenas enfermarias. O sistema incluía 24 unidades sanitárias, de pequeno porte; 6 ambulatórios, com serviços médicos e odontológicos e equipe de saúde; 7 unidades emergenciais, cada uma com 10 leitos e serviços preventivos e curativos; 6 unidades mistas, hospitais de pequeno porte, com 30 leitos; uma unidade existente seria ampliada; 12 lanchas equipadas com laboratórios e pequenas enfermarias; 16 residências para médicos.

Toda uma complexa operação de logística foi desencadeada, de modo que no início do ano de 1971 estavam em Manaus todas as unidades de atendimentos, prontas para serem montadas no interior. Tratava-se de edificações pré-fabricadas, a serem instaladas nas

fundações que em cada localidade seriam construídas. Para levar à frente o projeto, a Secretaria de Saúde, na gestão do governador Danilo Duarte de Mattos Areosa (1968-1971), não mediu. Equipes especializadas, contando com técnicos brasileiros e de outras nacionalidades (os ingleses em maioria), eram encarregadas da fabricação dos componentes dos prédios, da preparação da base para eles, da seleção dos equipamentos e sua instalação, da seleção do pessoal e seu treinamento, da elaboração das rotinas, manuais e protocolos enfim, de tudo quanto precisa um sistema de saúde para funcionar a contento.

O objetivo do projeto, constante do Plano Qüinqüenal de Saúde para o período 1968/1972, era "dotar o interior do Estado de uma rede de unidades de saúde, destinadas à ação integrada, com ênfase no setor preventivo". É bom lembrar que, à época, havia um médico para 58.000 habitantes e 0,26 leito por 1.000 habitantes. O projeto deveria alcançar 1 médico/12.000 habitantes e 0,65 leitos/1.000 habitantes. Foi contraído empréstimo com a Inglaterra, no valor de cerca de 30 milhões de cruzeiros novos (NCr$ 29.167.000,00).

A complexidade das ações não atemorizaram as autoridades, a partir do governador do Estado e de seu secretário de Saúde, o médico o professor José Leite Saraiva. Várias empresas estavam envolvidas no projeto, desde a fornecedora das unidades pré-moldadas, a International Professional Consortiium for Health Services; a Coseley Buildings Ltd., incumbida da montagem das unidades; a Construtora Irmãos Prata, responsável pela construção das fundações em que seriam assentadas as unidades pré-moldadas; A Studia e a Serviços Técnicos de Organização – SORTEC, consultoras nas áreas econômicas e de organização.

Mobilizando, além dos recursos do financiamento externo, várias agências e órgãos nacionais, o PIUMI – Projeto de Implantação de Unidades Médicas do Interior obteve o aplauso e o apoio dos ministérios da Saúde, Planejamento e Coordenação Geral. Trabalho e Previdência Social e Fazenda; o Funrural, o Fundo do Trigo, o Banco Central e o Instituto Nacional de Previdência Social.

Passado o período administrativo de Danilo Areosa, o sonho de integrar os serviços de saúde e estabelecer princípios que o SUS viria, anos depois, resgatar, limitou-se à construção de unidades de saúde no interior.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato
E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura